



Vorcaro tenta a 3ª delação

Novo advogado do dono do Master se reunirá com ministro André Mendonça, do STF, para negociar informações por pena mais branda

» RENATO SOUZA

O advogado Daniel Bialski, que assumiu a defesa do ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, se reunirá com o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), nos próximos dias. A expectativa é de que o ex-banqueiro tente fechar uma nova tentativa de firmar um acordo de delação premiada, recusada duas vezes. Bialski passou a defender o ex-executivo junto com o defensor Sergio Leonardo, que já estava no caso.

Na semana passada, em entrevista ao **Correio**, Bialski destacou que está avaliando as novas estratégias para a defesa do cliente. “Fomos recentemente contratados pelo Daniel Vorcaro para atuar, juntamente, com o dr. Sergio Leonardo e equipe, na defesa. Neste momento, ainda estamos estudando o inquérito e demais expedientes criminais instaurados para entender e escolher a melhor estratégia defensiva”, salientou. Ele assume a defesa depois de o ex-banqueiro ter propostas de delação rejeitadas pela Polícia Federal (PF) e pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Bialski afirmou que conversará com Vorcaro nos próximos dias para avaliar o que já foi falado por ele em depoimento e o que ainda pode ser revelado. Caso a proposta de delação seja rejeitada pela terceira vez, a defesa pode pedir a anulação de provas, tendo em vista o vazamento de diversas informações sobre o inquérito.

Emaranhado

O magistrado é o relator no STF dos inquéritos relacionados ao

Master. O primeiro inquérito, ligado à Operação Compliance Zero, que foi concluído, é o que investiga a compra de títulos podres pelo Banco de Brasília (BRB). De acordo com investigadores ouvidos pelo **Correio**, sob a condição de anonimato, as equipes policiais desvendaram o emaranhado de recursos envolvidos e a origem dos papéis fraudulentos.

O montante inicial envolvendo a compra de títulos impréstáveis pelo BRB, além do que foi movimentado por todo o esquema, surpreendeu os investigadores, que avaliaram que a fraude é muito maior do

que se imaginava. A Operação Compliance Zero, que investiga o esquema do Master, foi dividida em várias etapas. Os prejuízos causados ao BRB estão presentes na primeira parte, em avaliação desde que o esquema criminoso foi descoberto.

As duas tentativas anteriores de Vorcaro de fechar um acordo de delação esbararam na falta de informações que a PF considerava relevan-

tes, que poderiam corroborar dados e fazer as apurações avançarem. Os investigadores consideraram não apenas o material insuficiente, mas tiveram a certeza de que o ex-banqueiro sonegava dados e protegia pessoas. A corporação teve acesso a sete celulares do executivo e a outros elementos recolhidos nas fases anteriores da operação. Isso serviu para desenhar o mosaico de como ocorriam as fraudes, quem são os envolvidos e a metodologia criminosa do grupo e de seus operadores.

Diante do material recolhido e os cruzamentos de informações realizados, investigadores avaliam como desnecessária a colaboração de Vorcaro e consideram que podem avançar sem a colaboração.

Reprodução



Das vezes anteriores, a Polícia Federal não enxergou elementos que valessem a pena o fechamento de acordo de delação premiada com Vorcaro

Para Armínio, escândalo foi “falha grotesca”

O ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga, disse ontem que o escândalo do Banco Master se deu por uma falha “grotesca” de aplicação, e não por falta de regulação. “Não diria que o caso Master, que está tão em voga, foi uma falha de regulação. Mas foi uma falha da aplicação de uma regulação. Foi uma falha, eu diria, grotesca. Hoje, sabemos das suspeitas de corrupção. Tudo muito triste”, comentou, em um debate sobre regulação de mercados realizado pelo Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee).

Segundo Armínio, o caso Master deixará lições, principalmente em

relação ao desenho do Fundo Garantidor de Crédito, cujas garantias, lembrou, permitiram ao banco de Daniel Vorcaro captar recursos a custo baixo. Conforme lembrou, isso causou prejuízos enormes a grandes bancos com a quebra da instituição. “Então, acho que este é um tema que terá que ser revisto”, comentou o ex-presidente do BC, referindo-se ao FGC.

O economista, que também é sócio-fundador da Gávea Investimentos, defendeu a consolidação das agências de regulação financeira dentro de um novo modelo baseado em objetivos, ao invés de setores, conhecido como “twin peaks”. Ao invés de

uma agência para bancos, outra para seguros e outra para o mercado de capitais, o sistema seria unificado e dividido em apenas duas grandes autoridades reguladoras independentes: uma prudencial, para monitorar a saúde financeira das instituições e mitigar o risco sistêmico, e outra de conduta — para fiscalizar o comportamento das instituições.

“Não sei se isso seria tão complicado. Não teria muito medo, não. Vai ser caótico do mesmo jeito, mas talvez permita, ao longo do tempo, uma regulação mais clara e, portanto, mais fácil de acompanhar e monitorar”, explicou.

Armínio lembrou que, em 2002, já entendia que a Secretaria de Previdência Complementar, criada para regular, fiscalizar e supervisionar o mercado de previdência privada fechada, poderia trabalhar junto com a Superintendência de Seguros Privados (Susep) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ele defendeu que a regulação é necessária para proteger a saúde dos mercados, mas precisa ser também flexível para não inibir a inovação. “Se não houver certo cuidado, ela também pode abafar a criatividade e o ímpeto característico dos mercados”, afirmou.

REDES SOCIAIS

Discord apresenta propostas para acordo

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*

A Advocacia-Geral da União (AGU) recebeu, ontem, um rol de propostas do Discord para reforçar a proteção de usuários na plataforma — sobretudo crianças e adolescentes. Isso não significa que as sugestões apresentadas pela plataforma serão imediatamente aceitas. Somente depois de analisadas é que poderão tornar-se base de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) capaz de evitar que o Discord sofra sanções para continuar operando no Brasil.

*A proposta apresentada pelo

Discord será agora analisada pela AGU e pelos demais órgãos federais envolvidos nas tratativas, incluindo o MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública), a Polícia Federal (PF) e a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados). A partir da avaliação das medidas, procedimentos e mecanismos apresentados pela empresa, a AGU examinará a possibilidade de avançar na construção de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com compromissos, obrigações, mecanismos de acompanhamento e prazos destinados à adequação da plataforma às exigências da legislação

brasileira”, frisou a AGU.

De acordo com a Advocacia da União, o Discord foi chamado a se explicar depois da identificação de falhas na verificação de idade, que levantou preocupações quanto à efetividade das medidas de proteção adotadas pela plataforma. O alarme soou por causa da morte de uma adolescente de 13 anos em Naviraí (MS), que teria sido induzida a atos de automutilação e ao suicídio durante transmissões em grupos na plataforma. Cinco adolescentes entre 13 e 17 anos e um homem de 18 anos a estimularam a atentar contra a própria vida. O

caso é investigado pela Polícia Civil sul-mato-grossense.

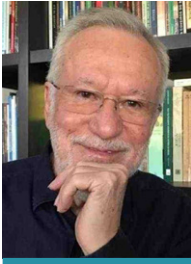
O Discord é uma plataforma gratuita de comunicação rápida que combina chat de texto, chamadas de voz e transmissão de vídeo. Foi criado em 2015, como foco na comunidade de jogos (gamers). Porém, o aplicativo evoluiu para tornar-se um espaço para qualquer tipo de comunidade — de grupos de estudos e projetos de trabalho a clubes de música, podcasts e encontros de amigos.

* **Estagiária sob a supervisão de Fábio Grecchi**

Redes sociais



Caso de suicídio chamou a atenção para a restrição de idade do Discord



ALEXANDRE GARCIA

DENTRO DO QUE PARECE SER UMA BANHEIRA DE HIDROMASSAGEM, ERAM ROSTOS DESLUMBRADOS, NA ÁGUA ILUMINADA POR LUZ AZUL, NUMA CENA DE MARMANJOS COM SORRISO PUERIL ESTAMPADO NOS ROSTOS

Retrato dos fracos

Saiu na *Piauí* e, depois, em jornais e revistas, a foto que estava no celular do senador Weverton Rocha (PDT-MA), apreendido em operação de busca e apreensão autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Mostra, numa piscina ou banheira, o então ministro do governo Lula, Juscelino Filho, os deputados Elmar Nascimento (União-BA) e Alexandre Ramagem (PL-RJ), e os senadores Efraim Filho (PL-PB), Weverton e Ângelo Coronel (Republicanos-BA). No meio deles, dentro d’água,

o advogado Willer Tomaz, dono da casa. Em pé, fora d’água, o então presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL) e o deputado Paulo Azi (União-BA). Políticos do PDT, União, PL, PP e Republicanos. Publicou-se que foi no Rancho Tomaz, em Planaltina (DF), a confraternização, com a foto de 23 de abril de 2023.

Nenhum crime é sugerido pela foto, mas algo é revelado pela reação à divulgação da imagem. Ramagem, que segurava uma garrafa, postou uma longa explicação, sobre o caráter familiar da reunião. Weverton ficou indignado com o “vazamento” e a divulgação, como se estivesse admitindo que haveria algo a esconder ou estivesse envergonhado pela exposição. De fato, dentro do que parece ser uma banheira de

hidromassagem, eram rostos deslumbrados, na água iluminada por luz azul. Nove homens dentro d’água e dois sentados na borda, numa cena de marmanjos com sorriso pueril estampado nos rostos. Todos batizados pela mesma água.

Guardanapos e uísque

Faz lembrar a cena da “farra dos guardanapos”, em Paris, em 2009, com o então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, dando uma festa de R\$ 1,5 milhão, com seus secretários, mais empresários, e Eduardo Paes. Lembra, também, a degustação do uísque Macallan, em Londres, em abril de 2024, que custou a Daniel Vorcaro o dobro da farra de Sérgio Cabral.

Lá estavam os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli, o procurador-geral Paulo Gonet, o ministro Benedito Gonçalves, do Superior Tribunal de Justiça, o ex-ministro da Justiça Rcardo Lewandowski, o diretor da Polícia Federal Andrei Rodrigues, o deputado Hugo Motta (Republicanos-PB). Não é preciso mencionar outros festins de Vorcaro.

Festas assim chamam atenção porque parecem deboche à maciça maioria dos brasileiros, que pagam impostos para sustentar os agentes do Estado e os elegem. Por coincidência, três meses antes de Moraes estar na degustação do Macallan, sua mulher e seus filhos haviam assinado contrato de R\$ 129 milhões — um valor inusitado — com o Banco Master. Um

caso típico das lições não aprendidas do episódio histórico mulher de Cezar. Tampouco custa lembrar que o senador Weverton tomava emprestado jatinho do advogado Tomaz, o dono da banheira, para transportes entre Brasília e o Maranhão. O senador e o advogado estão investigados na Operação Sem Desconto, que trata da subtração total de R\$ 6 bilhões dos idosos da Previdência.

Pessoas públicas, agentes do Estado, servidores do público, precisam ter um mínimo de postura, de modos, de conduta, porque são exemplo, pois estão no topo, expostas. Como em cenas passadas, a banheira de recreio é bem o retrato da sedução, do fetiche, que o poder exerce sobre fracos de espírito.